

HEGEL: A RAZÃO NA HISTÓRIA OU A HISTÓRIA DA RAZÃO

META

Apresentar a compreensão hegeliana da História como história da razão.

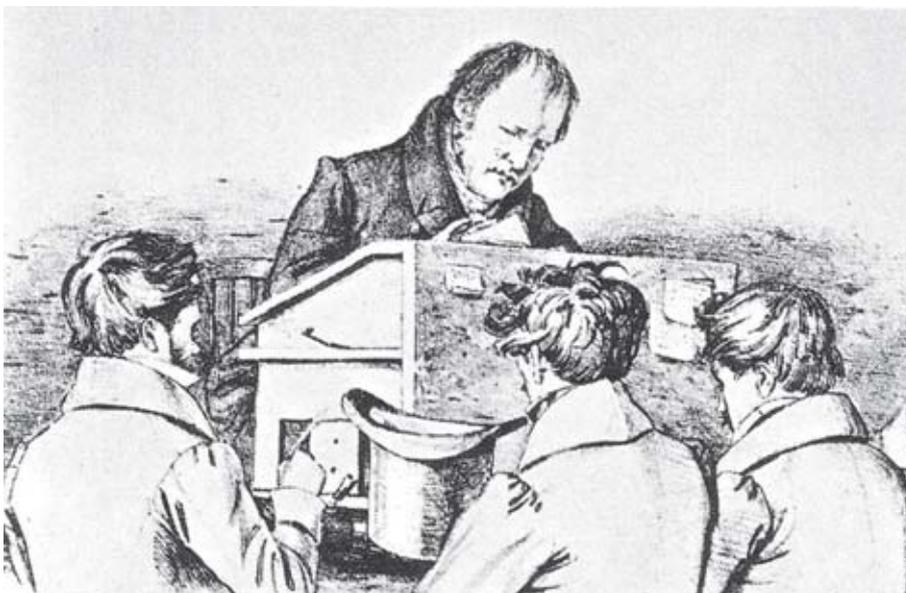
OBJETIVOS

Ao final da aula, o aluno deverá:

explicitar a ideia de Hegel sobre a História como História filosófica.

PRÉ-REQUISITO

Leitura do texto de Hegel no Apêndice desta lição.



Hegel estudando (Fonte: <http://en.wikipedia.org>).

INTRODUÇÃO

Esta lição tem uma pretensão muito especial: ser capaz de apresentar a reflexão do filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770 – 1831) em seus elementos básicos, elencar os principais temas por ele tratados e também as questões por ele suscitadas. O caráter ousado desta lição fica por conta da complexidade do pensamento de Hegel e dos seus pressupostos, nem sempre amplamente mencionáveis no espaço de um texto como este.



Georg Wilhelm Friedrich Hegel (Fonte: <http://upload.wikimedia.org>).

No texto introdutório às suas *Lições de filosofia da história*, intitulado: “A razão na história: uma introdução geral à filosofia da história”, onde Hegel (1990, p. 61, 64 e 65) apresenta de forma mais objetiva seu conceito de história, encontramos o seguinte:

[...] deve-se observar que a história do mundo está no domínio do Espírito. A palavra “mundo” inclui a natureza física e a natureza psíquica [...] Mas, o Espírito e o rumo do seu desenvolvimento são a matéria da história. [...] Depois da criação da natureza surge o Homem. Ele constitui a antítese ao mundo natural, é o ser que se eleva até o segundo mundo. Temos dois reinos em nossa consciência universal, o reino da Natureza e o reino do Espírito. O reino do Espírito consiste naquilo que é apresentado pelo homem. [...] a essência do Espírito – sua matéria – é a Liberdade. [...] A história do mundo é a exposição do Espírito em luta para chegar ao conhecimento de sua própria natureza. [...] A história do mundo é o avanço da consciência da liberdade – um avanço cuja necessidade temos de investigar.

Destas declarações vislumbram-se alguns dos desafios colocados por Hegel ao seu próprio pensamento: 1- pensar a história dos indivíduos e dos povos como história universal; 2- no lugar de uma “providência” (Herder) ou de um “plano da natureza” (Kant) preferir pensar em termos da presença e da ação da Razão, ou da “astúcia da Razão”, na história; 3- os sacrifícios humanos e o avanço do conhecimento só fazem sentido numa história que tem a liberdade como meta e se explica por seu lugar num processo que a antecede, a permeia e a dirige (a história do Espírito). Convicto de que sua hipótese tornar-se-á uma inferência ao final de sua argumentação, Hegel lança mão de diversos fios, representativos de várias influências filosóficas, e constrói a teia erudita e complexa de pressupostos para sua filosofia.



I Kant (Fonte: <http://www.imagensgoogle.com.br>).



Herder (Fonte: <http://www.imagensgoogle.com>).

Antes de qualquer coisa, convém estabelecer o lugar da filosofia da história no sistema hegeliano. Como o sistema se constitui numa fórmula para tornar compreensível o que se passa com o Espírito Absoluto (Deus), este terá de abarcar a condição deste Espírito em-si (antes da criação), o sentido de sua atuação na criação e o desfecho deste enredo. Sendo assim, necessariamente, temos:

Parte I - A Lógica (o conhecimento do Espírito em-si em seus nexos estruturais);

Parte II - A Filosofia da Natureza (O auto-estranhamento do Espírito na forma oposta);

Parte III - A Filosofia do Espírito (O Auto-[re]conhecimento do Espírito), que inclui a *Fenomenologia do espírito*, a *Filosofia do direito* e a *Filosofia da história*.

Para compreender a trajetória humana Hegel impõe-se a consideração de um processo muito mais amplo que engloba e dirige a história humana, trata-se da história ou da fenomenologia do Espírito. A origem, o significado e o destino de tudo o que existe encontra sentido na história do Espírito (absoluto) que fez de si o seu oposto – matéria ou natureza (por um ato de sua liberdade); em seguida, da natureza fez surgir a consciência em sua forma particular e múltipla (a espécie humana); e, por último, das relações entre essas consciências particulares (Espírito subjetivo) fez surgir instituições e instâncias sócio-culturais (espírito objetivo),

que ao mesmo tempo promovem a estabilização do conflito de particulares e a identificação destes com o interesse e o projeto coletivo (a nação e depois o estado). Nesta última fase, a do estado, o Espírito retoma a sua identidade e se reconhece livre e pleno no reconhecimento mútuo e harmonioso dos cidadãos (Espírito absoluto). Segundo Hegel, não há meios de saber por que o Espírito resolveu fazer isso consigo mesmo, apenas há procedimentos intelectuais para identificar o acontecido a partir de indícios empíricos bem discerníveis.



G. W. F. Hegel (Fonte: <http://www.imagensgoogle.com>).

Estabelecida a história humana como processo, impõe-se que para este se volte a atenção do historiador e do filósofo. Explicitar o que torna possível um processo de cuja vida e morte, sofrimento e superação, aparece (aparição = fenômeno em grego / fenomenologia = lógica dos fenômenos) a vida e a liberdade crescentes. Em outro momento das *Lições sobre a filosofia da história* descreve Hegel a história como uma “grande imagem de mudanças e transições”, e explica: “a mudança enquanto veículo de dissolução, implica simultaneamente o aparecimento de uma nova vida, que, enquanto a morte emana da vida, também a vida emana da morte”. Pelo seu círculo de ascensão e decadência, a história parece um “cenário de paixões”, “ruínas” de reinos prósperos, um “sinal universal de corrupção”, “um matadouro onde a felicidade dos povos, a sabedoria dos Estados e a virtude dos indivíduos foram vitimadas.” (HEGEL, 1900 apud LÖWITZ, 1991, p. 59-60).

Não há dúvida de que na descrição hegeliana está bem caracterizada a história como “devir” [devenir ou vir-a-ser] constante, em um processo ascensional, no qual da união de elementos opostos e excludentes surge a contradição, mas esta não é o término da trama: cada momento da história possui um encaminhamento que vai das oposições particulares (*tese e antítese*) para a superação na *síntese* que promove um particular à condição de singular, reunindo esta em si elementos aproveitáveis dos opostos superados, porém também conservados (em parte) no novo que surgiu.

A este modo de pensar (lógica) Hegel chama de *método dialético*, no qual pólos opostos não se anulam, mas geram o novo. Assim, a *dialética* é um modo de pensar que não pretende se impor à realidade, mas pretende ser adequada aos processos; ou seja, a dialética não é apenas uma lógica do pensar, e sim a ordem interna dos processos que constituem dinamicamente a realidade. Dialética é, portanto, lógica e ontologia [lógica = leis do pensamento / ontologia = leis da realidade], a identificação de pensamento e ser na dinâmica processual do tempo histórico. Segundo Hegel as contradições são controladas como processo interno da própria razão:

[...] a Razão governa o mundo e, consequentemente, governou sua história. Tudo o mais está subordinado, subserviente a esta Razão universal e material e são os meios para sua realização. Além disso a Razão tem existência histórica imanente e atinge a sua perfeição nessa existência. (HEGEL, 1990, p. 71).



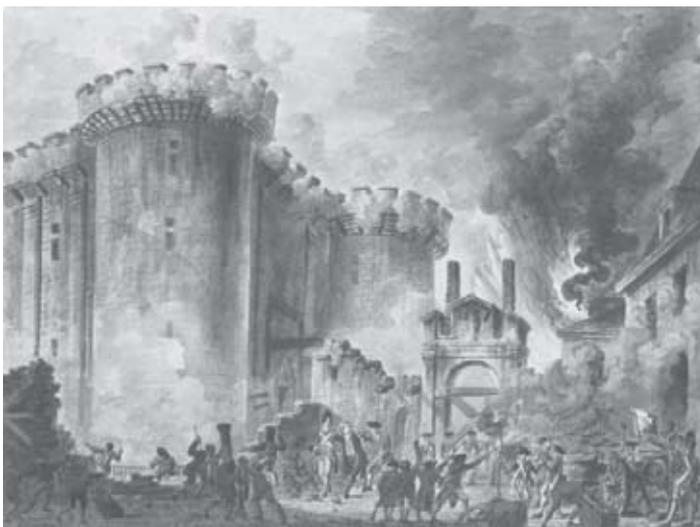
Napoleão (Fonte: <http://www.imagensgoogle.com>).

As paixões e a **liberdade** são respectivamente o motor da história e sua finalidade (HEGEL, 1990, p. 66-72). As paixões ligam-se e tipificam a condição do indivíduo na história, sustentam-se em “objetivos particulares” e na “satisfação de desejos egoístas”, acrescenta Hegel que as forças das paixões diz respeito ao fato delas “não respeitarem nenhuma das limitações que a lei e a moralidade lhes impõem”. O grande objetivo, porém, das existências particulares é a liberdade. Mesmo que as barreiras sejam muitas e a história se pareça com um mar de lágrimas para os indivíduos. Hegel, aplicando sua dialética à condição do indivíduo, explica que não é por este que a história deve ser medida e interpretada.

O choque dos particulares só é resolvido na comunidade ou na nação, ocasião em que a marcha imposta pela Razão torna vencedores a uns, e os transforma em “sujeitos históricos” (“heróis”), e a outros em perdedores, tornando-os “objetos da história” (“vítimas”), este é o argumento de Hegel (1990, p.67-87), que retira a história do campo das vidas individuais e a coloca no campo da relação entre as nações. Os vencedores têm suas ideias aprovadas e o fluxo histórico passa pelos seus propósitos. Desse modo, o sofrimento tem seu remédio na “superção dialética” (aufhebung) que faz da vítima algo também necessário ao fluxo da “Ideia” que a Razão realizará no tempo próprio.

A história, portanto, é feita pelas ideias que dela fazem os indivíduos e as coletividades (classes e nações) e que são veiculadas e encarnadas pelos indivíduos e nações. *A história é a história das ideias* na disputa por efetivação. Na verdade é a história de uma ideia que se mostra acima do curso conturbado e desesperador das paixões. Esta ideia e este fluxo cabem ao historiador e ao filósofo interpretarem e celebrarem como “sacerdotes da razão”. Por isso, argumenta Hegel (1990, p. 111): “ a investigação

filosófica pode e deve começar o estudo da história onde a Razão começa a manifestar sua existência no mundo”. Investiga-se a história do mundo buscando compreender a necessidade que está por trás da necessidade do avanço da “consciência da liberdade” no interior dos povos. Podemos, então, dizer que *a história em Hegel é a história da ideia de liberdade, como percurso explícito do Espírito para chegar ao auto-reconhecimento.*



Revolução Francesa - Tomada da Bastilha (Fonte: <http://www.imagensgo.com>).

A liberdade, por sua vez, não é algo numérico (de uma esfera não histórica – Kant), nem se trata de um conceito de ausência de limites. “A liberdade nada mais é senão o reconhecimento e a adoção de objetivos materiais universais como o Direito, a Lei e a produção de uma realidade que esteja em conformidade com eles: o Estado” (HEGEL, 1990, p. 111). Esta forma de existência autocontida é a liberdade em seu mais alto grau de efetividade (realização), pois “ser livre é existir independente de algo externo, é ter seu centro em si mesmo” (HEGEL, 1990, p. 64).

Se o livre jogo das paixões conduzem ao final ao “avanço da consciência da liberdade” há um fator oculto em atividade neste processo. Hegel assume explicitamente uma versão secularizada da providência, que não conduz ao Reino do céu, mas que atua eficientemente governando a história, e utilizando-se das paixões, que se desgastam na luta, enquanto ela prevalece, ou seja,

“o universal resulta desta luta, da destruição do particular [...] Isto pode ser chamado *astúcia da Razão* – porque deixa as paixões trabalharem por si, enquanto aquilo através do qual ela se desenvolve paga o preço e sofre a perda” (HEGEL, 1990, p. 82).

Para Hegel, portanto, não estamos diante da presença da Razão na história, mas a própria história é a história da Razão.

Se, como acredita Hegel (1990, p. 71),

A Razão governa o mundo e, conseqüentemente, governou sua história. Tudo o mais está subordinado, é subserviente a esta razão universal e material e são os meios para a sua realização. Além disso, a Razão tem existência histórica imanente e atinge sua perfeição nesta existência,

então, o modo correto de interpretar e encarar a história é considerá-la como uma *história filosófica*, ou seja, visualizar na história mais do que os fatos apresentam ao olhar empirista. Indagar por um plano oculto, por um plano de ideias, um plano do Espírito, um “astucioso” projeto de ampliação da consciência da liberdade e do encaminhamento necessário para sua efetivação.

Em seu estudo Hegel pretende mostrar claramente como a história começando nos povos orientais, passando pela Grécia, por Roma e pelo cristianismo, até chegar ao povo germânico do seu tempo, é a história que vai do *reconhecimento da liberdade de um até o reconhecimento da liberdade de todos* os seres humanos, de onde conclui: “Só os povos germânicos, através da cristandade, é que vieram a compreender que o homem é livre e que a liberdade de espírito é a própria essência da natureza humana” (HEGEL, 1990, p. 64-65).

A concepção de Hegel, sem dúvida é a mais densamente abstrata e a mais discutida pelos historiadores e filósofos posteriores. As principais questões que ela traz são as seguintes: (a) pode-se falar realmente da história como história do Espírito com base nos fatos? (b) Restringe-se a história à história política? (c) A liberdade de que fala Hegel possui algum aspecto material que diga respeito à relação homem-natureza ou é só no nível mental? (d) A relação entre os indivíduos têm algo mais do que apenas jogo de paixões?

CONCLUSÃO

Temos na concepção hegeliana da história a suposição de um plano envolvente e astucioso, que conduz as paixões humanas a cederem lugar à razão. O progresso é o desenvolvimento e a efetivação da ideia de liberdade por cuja consciência (individual e coletiva) o Espírito se reconhece plenamente no Estado liberal. Destas suas conclusões surgirá um intenso debate sobre o sujeito da história e sobre a existência ou não de uma racionalidade única da história.



Napoleao na Prussia em direção a Brandenburgo.

RESUMO

O progressivismo e o idealismo das ideias dos Iluministas e de Kant sobre a história encontram em Hegel sua mais alta e elaborada versão: a história humana é para Hegel a história do Espírito, da razão e da liberdade, que só é discernível em sentido filosófico.



ATIVIDADES

Interprete o sentido da frase “para Hegel a história humana é a história das ideias”.



COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADE

Deve em sua resposta destacar a relação entre as ideias, o Espírito e a trama da história em sua dialética, que permite uma alternância de sujeitos na vanguarda da história e o devir.

PRÓXIMA AULA

A aula que segue é dedicada à concepção materialista da história, de Karl Marx.



REFERÊNCIAS

COLLINGWOOD, R. G. **A ideia de História**. 6 ed. Tradução: Alberto Freire. Lisboa: Editorial Presença, 1986.

HEGEL, G. W. F. **A razão na História. Uma introdução geral à Filosofia da História**. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Editora Moraes, 1990.

_____. **Fenomenología del espíritu**. México: Fondo de Cultura Económica, 1980.

HYPOLITE, Jean. **Introdução à filosofia da História de Hegel**. Tradução: José M. Lima. Lisboa: Edições 70, 1988.

LÖWITH, Karl. **O sentido da História**. Lisboa: Edições 70, 1991.

LIÇÕES SOBRE A FILOSOFIA DA HISTÓRIA

Georg Wilhelm Friedrich Hegel

HISTÓRIA FILOSÓFICA¹

O ESPÍRITO CÓSMICO E A HISTÓRIA

Deve-se observar desde o início que o fenômeno que investigamos – História Universal – pertence ao domínio do Espírito. O termo “Mundo” inclui tanto a Natureza física como a psíquica. A Natureza física também desempenha o seu papel na história do Mundo, e importará ter em conta as relações naturais básicas assim implicadas. Mas, o Espírito, bem como o curso do seu desenvolvimento, é o nosso objetivo essencial. A nossa tarefa não requer que contemplemos a Natureza como um Sistema Racional em si mesmo – se bem que no próprio domínio prove sê-lo –, mas simplesmente na sua relação com o Espírito. Na posição em que a observamos – a História Universal – o Espírito manifesta-se na sua mais concreta realidade. Não obstante isto (ou antes, para o próprio objetivo de compreender os princípios gerais que isto – a sua forma de realidade concreta – corporiza), devemos mencionar algumas características abstratas da natureza do espírito. Tal explicação, contudo, não pode ser dada aqui a não ser sob a forma de simples asserção. No presente não é oportuno expor a ideia de Espírito especulativamente, porque tudo que tenha lugar numa introdução deve, como já se observou, ser tomado como simplesmente histórico; algo considerado como já tendo sido explicado e comprovado noutra lugar, ou cuja demonstração aguarda confirmação da própria Ciência Histórica.

Temos, portanto, de mencionar aqui:

1. As características abstratas da natureza do Espírito.
2. Os meios que o Espírito utiliza para realizar a sua ideia.
3. Por último devemos considerar a forma que assume a corporização (efetivação) perfeita do Espírito – o Estado.

Basta um relance ao seu oposto direto – a Matéria – para se poder compreender a natureza do Espírito. Tal como a essência da Matéria é a Gravidade, podemos assim afirmar, por sua vez, que a substância, a essência do Espírito, é a Liberdade. Todos admitirão sem exitar a teoria de que o Espírito, entre outras propriedades, também é dotado

de Liberdade. Mas, a filosofia ensina que todas as qualidades do Espírito existem apenas através da Liberdade; que todas elas não passam de meios para atingir a Liberdade; e que é isto e apenas isto que procuram e produzem. Resulta da filosofia especulativa que a Liberdade é a única verdade do Espírito.

A questão dos meios pelos quais a Liberdade se desenvolve num Mundo conduz-nos ao fenômeno da própria História. Embora, a Liberdade seja em princípio uma ideia incoativa, os meios que usa são externos e *fenomênicos* e oferecendo-se na História à nossa visão *sensível*. O primeiro relance à História convence-nos de que as ações dos homens provem das suas necessidades, paixões, caracteres e talentos, e impõe-nos a convicção de que tais necessidades, paixões e interesses são as únicas fontes de ação – as causas eficientes neste teatro de ação. Entre estas, talvez, se possam encontrar propósitos de tipo liberal ou universal – como, por exemplo, a boa vontade ou o nobre patriotismo. Mas, tais virtudes e perspectivas gerais não passam de ninharias, comparadas com o Mundo e as suas obras. Talvez, possamos ver o Ideal da Razão concretizado nos que adotam tais objetivos, e dentro da sua esfera de influência, mas é irrisória a proporção que transmitem à grande massa do gênero humano; E assim fica limitado o alcance da sua influência. As paixões, os objetivos particulares e a satisfação de desejos egoístas são, por outro lado, molas de ação bastante eficientes. O seu poder reside no fato de não respeitarem qualquer das limitações que a justiça e amoral lhes imporiam, e de estes impulsos naturais terem uma influência mais direta sobre o homem do que a disciplina artificial e enfadonha que visa a ordem e a autolimitação, a lei e a moralidade.

Esta vasta acumulação de vontades, interesses e atividades constitui os instrumentos e os meios que o Espírito cósmico usa para atingir o seu objetivo, tornando-o consciente e efetivando-o.

E este objetivo não passa de um auto-encontro – um *chegar a si mesmo* – e de uma autocontemplação em realidade concreta.

Mas, poderia por-se em dúvida que essas manifestações de vitalidade da parte de indivíduos e povos, nas quais eles procuram e satisfazem seus próprios fins, fossem ao mesmo tempo os meios e instrumentos de um fim mais alto e vasto, do qual nada sabem – que realizam inconscientemente - ; tem mesmo sido posto em dúvida e rejeitado, vituperado e subestimado de todas as maneiras como pura fantasia e “filosofice”.

Mas, sobre esta questão, logo no início anunciei o meu ponto de vista e defendi a nossa hipótese – que, contudo, aparecerá na sequência sob a forma de uma inferência legítima – e a nossa convicção de que a Razão governa o mundo e tem,

consequentemente, governado a sua história. Em relação a esta existência universal e substancialmente autônoma – tudo o mais se lhe subordina e submete, bem como os seus meios de desenvolvimento.

³ HEGEL, G. W. F. Lições sobre a filosofia da história. (A Razão na História: Introdução Geral). In GARDINER, Patrick. Teorias da história. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1969.